



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
MUSEÓLOGO

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.
21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos **ad lazarum** e **ad crumenam**.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos **ad lazarum** e **ad crumenam**.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFEs; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avariar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Sobre a Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, e o documento que apresentou os princípios e bases do museu integral, é correto afirmar:
- (A) A Mesa-Redonda de Santiago do Chile foi o documento produzido no evento organizado pelo ICOM/UNESCO, para discutir o papel dos museus na América do Norte, América Latina e Caribe.
 - (B) A Nova Museologia e o conceito de Ecomuseu tiveram como base estrutural dos seus desenvolvimentos as discussões iniciadas neste evento.
 - (C) A Declaração de Santiago do Chile foi o documento produzido nesse evento a partir da análise das apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico e da educação permanente.
 - (D) Com base na Carta de Santiago do Chile, foram também produzidos os documentos patrimoniais Carta de Atenas e a Carta de Veneza.
 - (E) A Mesa-Redonda de Santiago do Chile foi marcada pela discussão sobre o papel dos museus na contemporaneidade, com ênfase nas questões relacionadas aos museus tecnológicos, discussão que começava a entrar em voga nos anos 70.



- 22 A Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009, criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão que tem sob sua responsabilidade a Política Nacional de Museus. Sobre esta Lei, analise as afirmativas abaixo e identifique-as como (V) de verdadeiro e (F) de falso.
- I Por esta Lei, os bens culturais musealizados são considerados como o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas.
 - II O IBRAM foi criado como uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro na Capital Federal, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da Federação.
 - III Esta Lei define as atividades museológicas com os procedimentos de organização de exposições dos bens culturais materiais musealizados.
 - IV É uma das finalidades do IBRAM promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas a contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos.
 - V Compete ao IBRAM sancionar e outorgar leis que promovam e assegurem o desenvolvimento de políticas públicas para os museus em suas diversas manifestações.

A sequência correta é

- (A) I - V, II - F, III - V, IV - V e V - F.
- (B) I - F, II - F, III - V, IV - V e V - V.
- (C) I - V, II - V, III - F, IV - V e V - F.
- (D) I - F, II - V, III - V, IV - F e V - V.
- (E) I - F, II - V, III - V, IV - V e V - V.

23 Sobre os objetivos dos programas e ações desenvolvidas pelo IBRAM, é correto afirmar que o

- (A) Programa Bibliomuseus tem como o objetivo a criação de bibliotecas em museus, ecomuseus e centros culturais com o intuito de dar acesso público a obras literárias das diversas áreas do conhecimento.
- (B) Programa iMuseus objetiva a criação de instrumentos de interação com o público por meio de páginas na internet com atividades lúdicas e interativas para atender ao público dos museus reais de todas as faixas etárias, bem como o compartilhamento de informações sobre exposições e atividades para o público.
- (C) Programa Pontos de Memória tem por objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória de todos os cidadãos, independentemente de terem tido a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias ou não, e tem por referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.
- (D) Programa Arqmuseus visa à gestão de documentos, bem como a elaboração, implantação e coordenação de políticas e programas de integração, normatização e difusão dos arquivos dos museus brasileiros.
- (E) Programa Educa Museus é uma iniciativa do IBRAM para promover espaços museológicos em escolas e universidades públicas, com a finalidade de difundir e desenvolver o conhecimento científico produzido por estas instituições.

24 O IBRAM publica editais de fomento e financiamento ao setor museológico. Quanto a estes editais de chamamentos públicos e prêmios publicados pelo IBRAM, observe nos itens a seguir quais são editais do IBRAM

- I Edital Mais Museus.
- II Edital Modernização de Museus.
- III Prêmio Darcy Ribeiro.
- IV Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.
- V Edital Ibermuseus.
- VI Edital Criação e Fortalecimento de Sistemas de Museus.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, V e VI, apenas.
- (B) II, IV, V e VI, apenas.
- (C) I, II, III, IV e VI, apenas.
- (D) I, II, III e VI, apenas.
- (E) I, II, IV, V e VI, apenas.



- 25 Compreendendo a documentação museológica como o conjunto das informações de cada objeto do acervo sob a guarda do museu mediante representação por meio da palavra e da imagem (Helena Dodd Ferrez), analise as afirmativas abaixo:
- I O museu deve estabelecer registros sobre cada um dos bens do acervo e atualizá-los sempre que os objetos são examinados e utilizados.
 - II Os registros produzidos pela documentação museológica são de uso restrito à área de acervo (Documentação e Conservação) não sendo disponibilizada ao público visitante ou pesquisadores, por se tratar de informações compiladas sobre todo o acervo, seus valores de mercado, materiais e localização.
 - III A documentação em museus é uma prática muito antiga, contudo é recente como disciplina.
 - IV A pesquisa museográfica realiza a investigação sobre os objetos e o registro dos seus dados essenciais com a finalidade de preencher as fichas de catalogação, enquanto a pesquisa e o tratamento documental buscam produzir instrumentos de busca e de acesso a informações.
 - V As informações extrínsecas se referem às informações de natureza documental e contextual, normalmente fornecidas durante a sua entrada no museu e/ou por meio de fontes arquivísticas e bibliográficas.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) II e IV, somente.
- (B) II, III e V, somente.
- (C) III, IV e V, somente.
- (D) I, III, IV e V, somente.
- (E) I, II, III, e V, somente.

26 Sobre a história e o desenvolvimento dos museus no Brasil, é correto afirmar:

- (A) As primeiras instituições museológicas do Brasil datam do início do século XVIII.
- (B) O Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Histórico Nacional guardam entre si a ênfase no caráter etnográfico de suas coleções.
- (C) No Brasil, os museus de caráter enciclopédico predominam até os dias atuais.
- (D) O Museu Imperial, em Petrópolis, foi criado por uma iniciativa de D. João VI, que veio para o Brasil no ano de 1808.
- (E) Foram criados pelo Serviço do Patrimônio Artístico Nacional entre 1937 e 1940 os museus: Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Museu da Inconfidência (MG) e o Museu das Missões (RS), além de outros museus que também foram criados após os quatro primeiros anos de atuação do SPHAN.

27 Sobre aquisição e descarte de acervos museológicos de que trata o Código de Ética para Museus do ICOM, é correto afirmativas abaixo.

- I A direção de cada museu deve instituir e utilizar normas que se refiram à aquisição, preservação e uso das coleções. As normas devem esclarecer a situação dos objetos que não serão catalogados, conservados ou expostos.
- II O Código estabelece que o não cumprimento das normas pode resultar em penalidades em forma de multa, de acordo com a moeda corrente do país e sua legislação.
- III A política de acervos pode incluir modalidades de gestão particulares para certos tipos de acervos em estudo, em relação aos quais a ênfase se dá nos processos culturais, científicos ou técnicos que envolvem, mais do que nos objetos em si, ou nos quais estes objetos ou espécimes tenham sido reunidos para fins de manuseio constante e ensino.
- IV Cada museu deve ter normas definindo os procedimentos a serem adotados para o descarte definitivo de um objeto do acervo por meio de doação, transferência, troca, venda, repatriação ou destruição, que permita a transferência de propriedade sem restrições para a entidade beneficiária.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II e III, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, III e IV, somente.



- 28 De acordo com o Código de Ética do ICOM, as direções e os encarregados das estratégias e da coordenação dos museus têm a responsabilidade de proteger e valorizar este patrimônio e de prover os recursos humanos, físicos e financeiros necessários para estes fins. Sobre os compromissos da direção dos museus, conforme o que é apresentado pelo Código de Ética, analise as afirmativas abaixo.
- I Não é dever da direção assegurar instalações e ambiente adequados para que o museu desempenhe as funções básicas definidas em sua missão.
 - II A direção deve assegurar que as normas de saúde, segurança e acessibilidade sejam aplicadas a funcionários e visitantes, exigindo destes exames médicos periódicos e acompanhamento da carteira de vacinação.
 - III A direção deve desenvolver e utilizar equipamentos de segurança para proteger o público, os funcionários e o acervo contra inundações e outros tipos de acidentes naturais.
 - IV A direção deve ter normas estabelecidas sobre o trabalho voluntário que promovam o bom relacionamento entre voluntários e funcionários dos museus.
 - V A direção nunca deve exigir que os profissionais de museus ajam de maneira conflitante com as disposições desse Código de Ética, com a legislação nacional ou com outro código de ética profissional.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II e III, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) IV e V, somente.
- (D) II, III e V, somente.
- (E) I, III e V, somente.

29 Sobre o Código de Ética do ICOM para museus, é correto afirmar:

- (A) Foi publicado nas quatro línguas oficiais do ICOM: inglês, francês, espanhol e russo, sendo incentivada a tradução para outras línguas.
- (B) Este Código reflete os princípios adotados, de modo geral, pela comunidade internacional de museus.
- (C) A autoridade de tutela deve garantir que a cobertura dos riscos seja adequada, sendo vetada a contratação de empresas privadas para serviço de segurança de acervos.
- (D) O Código de Ética para Museus é um instrumento que regulamenta as profissões de conservador e museógrafo, mas não regulamenta a profissão de museólogo.
- (E) O ICOM incentiva a criação de códigos de ética nacionais que levem em consideração as especificidades profissionais de cada país, e em seu Código de Ética estabelece padrões máximos de conduta profissional dos que trabalham em museus.

30 O Cadastro Nacional de Museus (CNM) faz parte dos esforços do Instituto Brasileiro de Museus em conhecer os museus brasileiros. Por meio das informações deste Cadastro o IBRAM vem aprimorando as políticas públicas voltadas ao setor museal. Sobre o CNM, é correto afirmar:

- (A) Foi criado em 2003, juntamente com o lançamento da Política Nacional de Museus.
- (B) Foi concebido e implementado pela Coordenação Técnica (RJ) do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e lançado no ano de 2006.
- (C) Foi primeiramente criado e difundido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) com a finalidade de mapear os museus da Região Norte, e posteriormente adotado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- (D) Objetiva o aprofundamento do conhecimento do campo museal. Com este fim, tem, como principal meio de disponibilização do seu trabalho, suas publicações, que são a Revista Musas e os Cadernos Museológicos.
- (E) Inicialmente foi criado pelo IBRAM com a única finalidade de quantificar os museus brasileiros, posteriormente diversificou seus objetivos e atualmente produz, além do estudo de público dos museus, o cadastro anual de instituições museológicas.

31 Considerando as finalidades e as características do Thesaurus para Acervo Museológico, é correto afirmar:

- (A) Foi organizado em hiperclasses, classes, subclasses e termo.
- (B) Esse Thesaurus é um instrumento de controle terminológico.
- (C) Foram considerado primeiramente o material e a técnica, posteriormente a forma e, por fim a função dos objetos.
- (D) O Thesaurus para Acervos Museológicos adapta-se a qualquer tipo de acervo.
- (E) O Thesaurus traz um conjunto de expressões de controle de relações estabelecidas a partir da morfologia dos objetos.



32 A metodologia utilizada para elaboração do Thesaurus para Acervos Museológicos envolveu quatro etapas. Quanto as etapas, considere os itens seguintes.

- I Aquisição.
- II Coleta e conceituação dos termos.
- III Seleção dos que seriam considerados termos autorizados.
- IV Estudo de possíveis ações educativas.
- V Classificação a partir do estabelecimento das relações gênero-espécie.
- VI Determinação das relações associativas e partitivas.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, V e VI.
- (B) II, III, V e VI.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) III, IV, V e VI.
- (E) II, III, IV e V.

33 O Artigo 16 do **Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, regulamenta a Lei nº 7.287, de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de museólogo, e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia.** Sobre as competências dos Conselhos Regionais de Museologia, analise as afirmativas abaixo.

- I Efetuar o registro dos profissionais e expedir carteira profissional.
- II Autorizar abertura de cursos na área da Museologia em seus diversos graus e níveis.
- III Fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviar às autoridades competentes relatórios documentados sobre fatos que apurem e cuja solução não seja de sua competência.
- IV Emitir pareceres favoráveis ou desfavoráveis à criação de museus, considerando a relevância dos temas propostos e do local pretendido por sede.
- V Arrecadar anuidades, multas, taxas e emolumentos e adotar todas as medidas destinadas à efetivação de sua receita, destacando e entregando ao Conselho Federal as importâncias referentes à sua participação legal.
- VI Publicar relatórios anuais dos seus trabalhos e, periodicamente, a relação dos profissionais registrados.

Estão corretas

- (A) I, II, V e VI, somente.
- (B) II, III e V, somente.
- (C) III, IV, V e VI, somente.
- (D) II, III, IV e V, somente.
- (E) I, III, V e VI, somente.

34 Quanto ao MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia - e com base nos autores que tratam sobre o tema, é correto afirmar o (a)

- (A) criação do MINOM surge no mesmo cenário museológico que a Declaração de Quebec (1984).
- (B) MINOM tinha como objetivo incentivar a vocação social e comercial do museu, chamando a atenção para suas potencialidades para o desenvolvimento local através destes fatores.
- (C) foco do MINOM era atuar em separado dos museus tradicionais, buscando isolar seus projetos, uma vez que são modelos opostos.
- (D) MINOM teve sede e foro nas capitais dos estados-membros do ICOM até meados da década de 90, quando perdeu força e foi extinto.
- (E) MINOM foi criado no âmbito institucional do ICOM e desenvolveu a maior parte das suas ações e discussões em países de fora dos Estados Unidos e Europa, sendo o continente africano o local onde este pensamento teve maior repercussão.

35 Sobre o Plano Museológico, é correto afirmar:

- (A) Deve conter a definição da missão básica do museu e sua função específica na sociedade.
- (B) Deve apresentar um total de quinze programas.
- (C) É obrigado apresentar um mínimo de quatro projetos por área a serem executados durante o biênio.
- (D) É obrigatório apresentar cronograma de avaliação, pois a Lei determina que deve ser avaliado periodicamente e revisado, mediante a designação de um funcionário do IBRAM para realizar a fiscalização da revisão.
- (E) Deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo os funcionários do museu e evitando, neste processo, a participação de pessoas externas à instituição, conforme recomenda a Lei.



- 36 Sobre os Ecomuseus, suas bases e experiências no exterior e no Brasil, é correto afirmar:
- (A) O Ecomuseu difere conceitualmente dos museus tradicionais por não ser uma instituição; por ter a sua área de atuação em um território; por desenvolver suas ações museológicas com e na comunidade, e não com objetos; e por ter fins lucrativos visando à sustentabilidade local.
 - (B) Este termo foi cunhado em 1971 Por Hugues de Varine-Bohan, no contexto da IX Conferência Geral de Museus do ICOM, quando era o então diretor do ICOM.
 - (C) O Ecomuseu da Amazônia, localizado no distrito de Icoaraci, foi criado subordinado à esfera estadual, durante o Congresso Nacional de Ecomuseus organizado pela DEMU - Diretoria de Museus.
 - (D) De acordo com o documento de criação do Ecomuseu da Amazônia, seu território de atuação circunscreve o distrito de Icoaraci e a ilha de Outeiro.
 - (E) Os ecomuseus tem por objetivo promover a salvaguarda dos bens da cultura imaterial das comunidades por meio da implantação de elementos de diversas culturas nos seus territórios de abrangência, dando às comunidades a possibilidade de, por meio do estranhamento dos elementos culturais do “outro”, refletir sobre sua própria cultura.
- 37 Sobre a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e o Decreto de sua regulamentação, considere as afirmativas abaixo.
- I A Lei também se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.
 - II Conforme a criação de museus por qualquer entidade é livre e independe do regime jurídico.
 - III Levando em consideração os regimes e características de cada museu, a Lei permite a existência de filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.
 - IV De acordo com a Lei, o dever dos museus é elaborar o Plano Museológico, e não necessariamente implementá-lo.
 - V O Decreto de Regulamentação da Lei que institui o Estatuto de Museus, também regulamenta os dispositivos da Lei 11.906, de janeiro de 2009, a qual cria o Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM.

Estão corretas:

- (A) I, II e V, somente.
- (B) II, III e V, somente.
- (C) III, IV, e V, somente.
- (D) II, III, IV e V, somente.
- (E) I, III e V, somente.

- 38 Em relação às finalidades dos Sistemas de Museus definidas pela Lei nº 11.904/2009, analise as afirmativas abaixo.
- I Apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada.
 - II Promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais.
 - III Realizar a Pesquisa Anual dos seus museus e encaminhar as informações ao órgão competente por esta ação (o IBRAM).
 - IV Elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a eles adstrito.
 - V Colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.
 - VI Criar reservas técnicas apropriadas para salvaguardar todos os acervos do Sistema.
 - VII Realizar a Pesquisa Anual dos seus museus e encaminhar as informações ao órgão competente por esta ação (o IBRAM).
 - VIII Contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, III, IV, V e VIII, somente.
- (B) II, III, V, e VII, somente.
- (C) I, II, IV, V e VIII, somente.
- (D) I, II, IV, V e VI, somente.
- (E) II, III, V e VIII, somente.



39 Sobre os danos causados pela umidade em um acervo, é correto afirmar:

- (A) A alta umidade favorece a desidratação, e sozinha é capaz de promover o craquelamento das obras em tela, tecido e papel.
- (B) O excesso de umidade relativa promove duas ações combinadas em determinados acervos: a ação hidratante e a ação corrosiva.
- (C) As variações de temperatura e umidade provocam o aumento do volume das obras em madeira.
- (D) O desenvolvimento de microrganismos e insetos nos acervos é controlado com o gradual aumento da umidade.
- (E) O aumento da umidade e da iluminação em uma reserva técnica não chega a atingir os acervos compostos por materiais inorgânicos.

40 Quanto à avaliação do sistema de comunicação museológica, analise as afirmativas seguintes:

- I É possível desenvolver um tipo de avaliação somativa, que é a pesquisa de recepção, na qual é analisada a interação entre a exposição e o público, dentro da proposta de comunicação museológica adotada.
- II A avaliação da exposição como um produto garante a mensuração dos objetivos da exposição e dos programas a ela vinculados.
- III As avaliações do sistema de comunicação museológico em uma exposição são realizadas antes, durante e depois de a exposição estar em cartaz, cabendo realizar correções, intervenções e realinhamentos antes da montagem e após a desmontagem da exposição.
- IV É possível fazer uma avaliação preliminar ainda nas fases iniciais do planejamento da exposição para avaliar os impactos do tema sobre o público.
- V Ainda não existe um tipo de avaliação que forneça dados sobre o aprendizado e as mudanças de atitude do público em uma exposição.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e V, somente.
- (B) II, III e V, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) III, IV e V, somente.

41 De acordo com o pensamento de Tereza Scheiner sobre a fase de pré-montagem de uma exposição, é correto afirmar:

- (A) É na fase de pré-montagem que ocorrem as etapas de pesquisa e estudo das características do local da exposição e a aquisição dos equipamentos de iluminação.
- (B) As atividades complementares e de apoio são executadas na fase de montagem da exposição.
- (C) É durante a fase de montagem da exposição que o público-alvo é definido.
- (D) A construção da exposição se faz como objeto simbólico na fase de pré-montagem.
- (E) Concepção, planejamento e programação são etapas da montagem de uma exposição.

42 Sobre as categorias de público de uma exposição, é correto afirmar que o

- (A) público visitante é formado pelas pessoas que de fato frequentam o museu e podem ser consideradas por meio de levantamento.
- (B) público potencial é formado apenas por aqueles que podem vir a ser visitantes do museu e suas exposições, mas que nunca entraram em um museu por questões diversas.
- (C) público-alvo é uma amostra dentro do público visitante que se busca atingir com determinado programa de atividade.
- (D) público-alvo não pode ser formado por um público que já frequenta museus, pois estes já fazem parte do público visitante.
- (E) público potencial é definido durante a exposição e pode ser contado por meio de levantamento no livro de visitas.



4.3 Sobre a etapa de desmontagem da exposição, analise as afirmativas a seguir.

- I As obras em empréstimo são analisadas quanto ao seu estado de conservação, posteriormente retiradas da exposição e armazenadas em reserva até o momento do encaminhamento ao seu transporte.
- II As obras em empréstimo são retiradas da exposição e posteriormente analisadas quanto ao seu estado de conservação mediante a presença do *courrier* e dos especialistas em conservação e restauro da instituição organizadora, juntamente com os técnicos responsáveis pela montagem e pela embalagem.
- III A etapa de desmontagem é quase um projeto à parte, pois requer um planejamento e um cronograma específico dentro do cronograma geral da exposição.
- IV A equipe permanente de desmontagem de exposição em um museu deve ser composta por representantes das áreas de gestão, design, conservação, educação, transporte e, quando for o caso, do *courrier*, devem estar presentes durante todo o processo.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) I e IV, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) II e III, somente.

4.4 Quanto aos conceitos e aos objetivos e preocupações da gestão de acervos, analise as afirmativas a seguir.

- I Gestão de acervos é o termo que se aplica aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas.
- II A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se com seu bem-estar físico e segurança.
- III Preocupa-se com a preservação e com a utilização do acervo e registro de dados, e em que medida o acervo apoia a missão e o propósito do museu.
- IV São elementos-chave inter-relacionados na gestão de acervos as ações de registro, a preservação do acervo, o controle ao acesso ao acervo e a educação patrimonial nos museus.
- V A Política de Gestão do Acervo é um documento que objetiva informar ao público como o visitante deve-se portar diante dos espaços do museu e é distribuída nas visitas guiadas quando estas incluem áreas de acesso restrito, como a administração e as reservas técnicas.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, somente.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) I, III, IV e V, somente.
- (D) II, IV e V, somente.
- (E) III e V, somente.

4.5 Sobre as exposições, que é um sistema de comunicação peculiar dos museus, analise as afirmativas abaixo

- I Exposição é o resultado da ação de expor e é uma das principais ações do museu; no plano museológico, os projetos a ela relacionados são desenvolvidos dentro do programa de acervo.
- II A exposição, como espaço de recepção e interação, é o espaço de encontro dos horizontes da instituição com o visitante.
- III As exposições museológicas articulam-se como um sistema comunicacional, com lógica e sentidos próprios relacionados aos fatos e aos bens sociais, entendendo que se diferem de quaisquer outras por seu caráter e preocupação com práticas preservacionistas.

Está(ão) correta(s)

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III somente.
- (E) III, somente.



46 Com relação à Museografia, é correto afirmar:

- (A) É o conjunto de técnicas práticas aplicadas ao museu e concerne à administração do museu, restauração, segurança e exposição.
- (B) É o conjunto de textos utilizados em uma exposição.
- (C) Este termo já foi utilizado erroneamente e de modo irrestrito para designar as atividades de educação nos museus.
- (D) Os profissionais da área da Museografia têm formação em Ciências Sociais Aplicadas.
- (E) A palavra museografia utilizada tanto em português quanto em francês, tende a ser empregada para designar as ações de educação em museus e de curadoria de acervo.

47 Sobre a contagem do público de um museu, julgue:

- I A contagem de público de um museu dependendo da técnica adotada, pode indicar as exposições mais visitadas; a necessidade de adequação dos serviços oferecidos, de ampliação de atendimento por perfil de visitantes e da ampliação da ação educativa.
- II O IBRAM é o responsável por promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, constata a irrelevância das pesquisas de contagem de público para o desenvolvimento das suas ações institucionais, mas confirma a relevância destas pesquisas para as ações nos museus.
- III A lei que institui o Estatuto de Museus, determina em artigo específico que as estatísticas de visitantes dos museus deverão ser enviadas ao órgão competente pelo poder público quando solicitadas.
- IV As técnicas de contagem mais comuns de público dependem de equipamentos eletrônicos específicos, como as catracas ou roletas, os ingressos contabilizados e o sensor eletrônico.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I e III, somente.

48 Sobre a reserva técnica e seu planejamento, é correto afirmar:

- (A) As luzes da área de depósito devem possuir uma intensidade de 150 lux ou menos, e uma proporção de ultravioleta não superior a $750\mu\text{W}/\text{lm}$, devendo permanecer acesas por todo o tempo, uma vez que emitem calor e o fato de acender e apagar provoca oscilação de temperatura.
- (B) É indicado que o mobiliário de guarda de acervo deve ser posicionado a partir de um mapeamento da incidência direta da luz.
- (C) Em casos de incêndio envolvendo áreas que abrigam acervo, o pó químico e CO_2 são os elementos que causam mais danos a uma coleção, sendo os sistemas aquosos mais recomendáveis para coleções em meio líquido, mas inadequados para materiais orgânicos.
- (D) Em relação à luz, os acervos compostos por material orgânico, como papel e tecidos são muito atingidos, dada sua sensibilidade, sendo as radiações ultravioletas (200 a 400nm) e infravermelhas (700-1200nm) são as menos prejudiciais, portanto as mais toleráveis.
- (E) Os papéis neutros e suportes inertes de mobiliários e embalagens para acervos são eficazes para a conservação do material, mesmo quando o ambiente de guarda é inadequado.

49 A cerâmica é um material presente em diversos tipos de acervos e o reconhecimento do material é crucial para a boa conservação dos objetos. Sobre este material e sua conservação, é correto afirmar:

- (A) Os acervos compostos por esse tipo de material devem ser manuseados utilizando preferencialmente as alças, puxadores ou bordas, quando tiverem.
- (B) "Cerâmica" é um termo amplo que envolve todos os tipos de barro cozido, dentre os quais, terracota, louça, grés e porcelana.
- (C) No caso das louças que apresentem sujeiras acumuladas, mas que estejam em bom estado de conservação é recomendada a limpeza em lava-louça, atentando-se para o uso de detergente neutro não iônico.
- (D) Objetos cerâmicos de formatos simples, como pratos, xícaras e pires, podem ser secados com toalhas de papel, no entanto esculturas e objetos com muitos detalhes devem ser secados usando secador de cabelo direcionado às partes de acesso mais difíceis.
- (E) As cerâmicas vitrificadas são menos resistentes à água, por isso, quando o objeto demanda uma limpeza mais incisiva, deve-se considerar o uso de água da chuva ou água mineral, com a finalidade de garantir a estabilidade do material.



- 50 O reconhecimento dos materiais orgânicos e inorgânicos é uma ação importante para organização de uma reserva técnica e demais trabalhos que envolvem fisicamente o acervo, a fim de evitar danos aos objetos. Sobre o conhecimento das obras em metais e sua mais comum forma de deterioração, é correto afirmar:
- (A) A oxidação, manifestada pela corrosão, é um dos principais fatores de degradação de todos os materiais inorgânicos, ou seja, todos aqueles que, de acordo com a Química Inorgânica, não possuem o elemento carbono em sua estrutura química.
 - (B) Nos objetos feitos em cobre, latão e bronze, a corrosão é reconhecida por pontos amarelados e alaranjados sobre a superfície escura do objeto.
 - (C) Os metais sofrem alterações em decorrência dos índices elevados de temperatura, umidade, iluminação e poluição atmosférica do ambiente.
 - (D) Em uma reserva técnica, a corrosão é contraída por meio do contato com outros objetos ou pela exposição ao mesmo ambiente, por isso não é recomendada a guarda de objetos metálicos em armários juntamente com outros objetos.
 - (E) A poluição age em conjunto com a iluminação, provocando a corrosão, pois a iluminação fixa os poluentes do ar diretamente sobre o metal.